

SICOOB CREDIPOL



RELATÓRIO
ANUAL

2016

 SICOOB



Com a Sipag, você ganha duas vezes: nas vendas e nos resultados da cooperativa.

- Sem taxa de adesão
- A menor mensalidade do mercado
- Antecipação de recebíveis
- Portal de Serviços Sipag

Peça agora mesmo sua maquininha Sipag.

Acesse já: sipag.com.br • Ligue 3004-2013 - Capitais
0800 757 1013 - Demais localidades • contato@sipag.com.br

sipag
Soluções Integradas de Pagamento



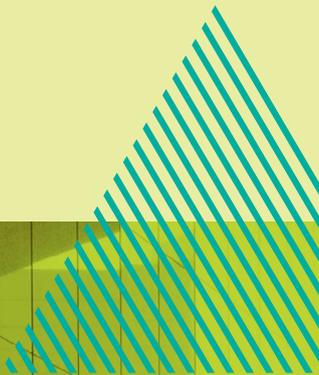
SUMÁRIO

Missão, Visão e Valores	04
Mensagem do Presidente	06
Editais de Convocação	08
Órgãos Estatutários	09
Balço Patrimonial	10
Demonstrações de Sobras ou Perdas	11
Demonstrações do Fluxo de Caixa	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Notas Explicativas	15
Relatório dos Auditores Independentes	28
Parecer do Conselho Fiscal	31



Missão

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.



Visão

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.





Valores

- Transparência,
- Comprometimento,
- Respeito,
- Ética,
- Solidariedade,
- Responsabilidade.



VOCÊ AGORA FAZ PARTE DE UMA NOVA ERA.



Custodio Ricardo Arrais Neto
Presidente do Conselho de Administração

Em atendimento aos normativos, o Sicoob Credipol, vem mais uma vez fazer sua prestação de contas anual, detalhando seu resultado e as ações praticadas durante o exercício de 2016.

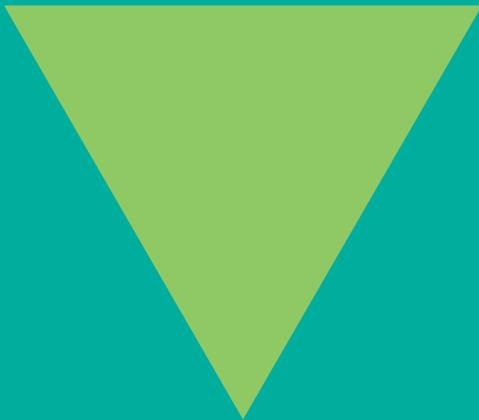
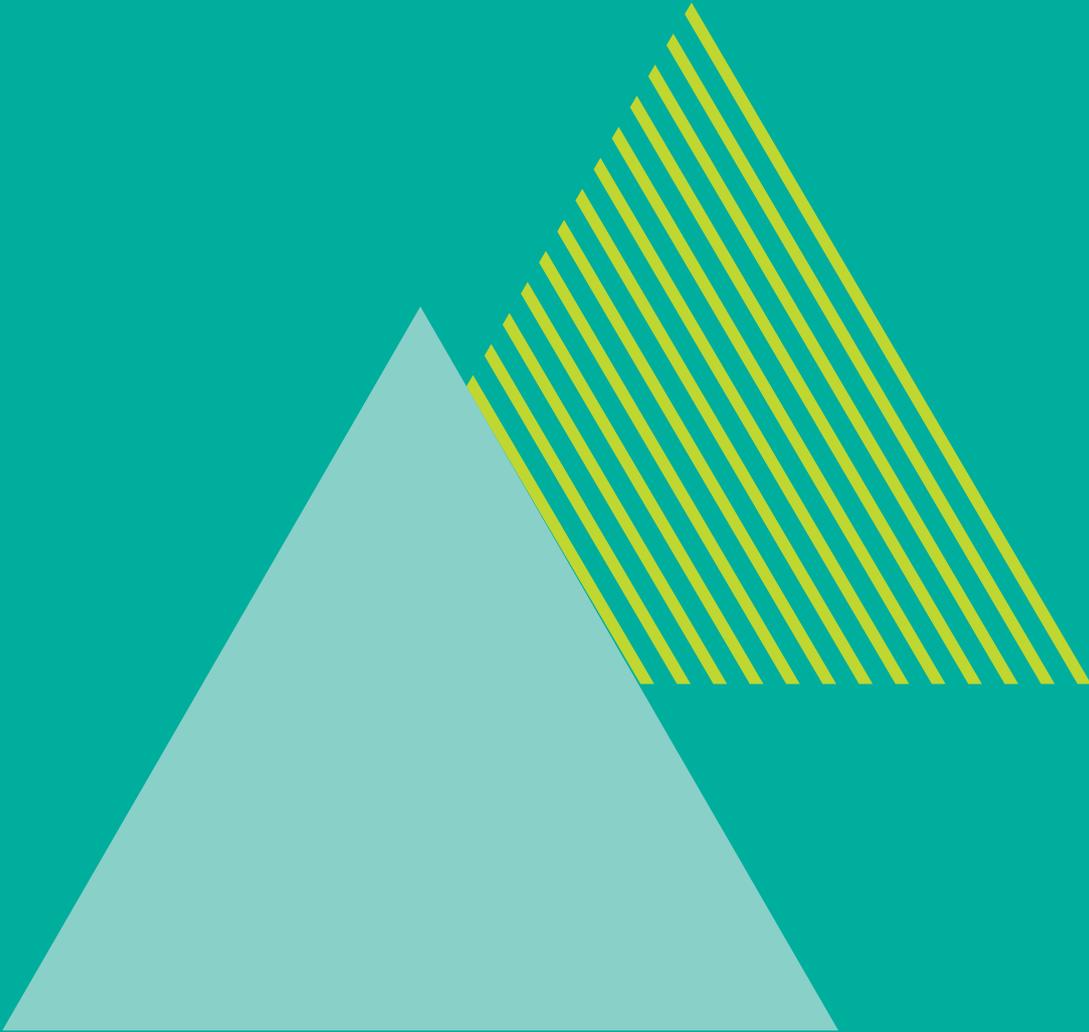
A Credipol ao se tornar parte do SICOOB, que é o maior Sistema Financeiro Cooperativo do Brasil com mais de 3,6 milhões de associados e 2,5 mil pontos de atendimento, distribuído em todo Brasil, abraçou grandes desafios e o ano de 2016 foi marcado por o Sicoob Credipol ter se tornando o Sicoob Potiguar a partir de novembro de 2016, após a unificação com o Sicoob Sindicred RN, aumentando seus ativos de R\$ 10.527.715,71 para R\$ 15.074.100,95. O que nos possibilita apresentar novos produtos relacionados

ao crédito, como é o caso do financiamento de veículos, que já temos em nosso portfólio de produtos a disposição de nossos cooperados e nos credencia ao crescimento. A parceria com o Sicoob NE, nos traz excelência e ampliação nos produtos e serviços como: conta corrente, crédito, investimento, cartões de crédito, previdência, consórcio, seguros em geral, cobrança bancária, adquirência de meios eletrônicos de pagamento, dentre outros, ou seja, temos todos os produtos e serviços bancários, mas não somos banco, somos uma cooperativa financeira em que o associado é o dono, sendo assim, convidando todos os cooperados a adquirir nossos produtos e serviços, a custos menores que na rede bancária convencional, além de lhe credenciar a

participação nas sobras ao final de cada exercício, e proporcionar o crescimento permanente de sua cooperativa, e os que já tem continuarem a utilizar.

Finalizando, agradecemos aos cooperados pelo apoio e confiança, aos companheiros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a todos os colaboradores, pela tempestividade de seus atos e dedicação, visando sempre o nosso crescimento e apresentação de melhores resultados aos nossos associados.

Saudações Cooperativistas.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte – CREDIPOL, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os 4.710 (Quatro mil setecentos e dez) associados, em condição de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará na sede social do CLUBE ATLÂNTICO, sito a Avenida Almirante Alexandrino de Alencar, 517, Alecrim, Natal-RN, por falta de acomodações na Sede Social, no dia **18/03/2017** às 08h, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 09h, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; ou às 10h, com a presença de no mínimo 10 (dez) dos associados, em terceira e última convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia:

Prestação das contas do exercício de 2016;

Destinação das sobras líquidas apuradas;

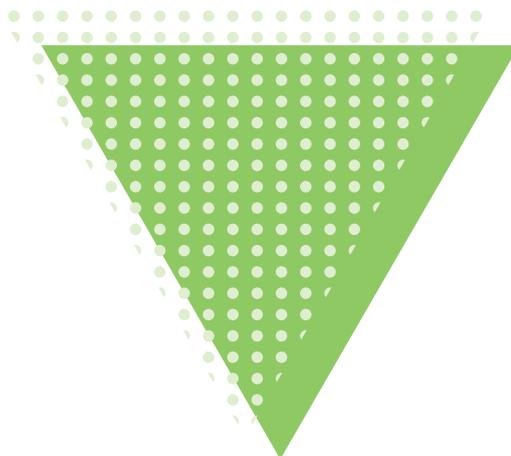
Fixação do valor global dos honorários, das gratificações e/ou da cédula de presença dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;

Outros assuntos de interesse social, sem caráter deliberativo.

Natal/RN, 01 de fevereiro de 2017.



Custodio Ricardo Arrais Neto
Presidente



ORGÃOS ESTATUTÁRIOS

Conselho de Administração Mandato até 2017

Custódio Ricardo Arrais Neto - Presidente
Edival Crispim de Oliveira - Vice-Presidente
Erivan Silvestre Freire
Janir Azevedo de Paiva
João Maria Rabelo Torres
Jailton do Nascimento Ribeiro
Patricia de Holanda Mafaldo

Diretoria Executiva Mandato até 2017

Custódio Ricardo Arrais Neto - Dir. Presidente
Edival Crispim de Oliveira - Dir. Vice-Presidente
Jailton do Nascimento Ribeiro - Dir. Administrativo

Conselho Fiscal Mandato até 2019

Dennis Assis Araujo - Efetivo
Michael Fabro Almeida Bezerra do Nascimento - Efetivo
Rivadavia Pereira Cabral Neto - Efetivo
Carlos Jose da Silva Neto - Suplente
Julio Cesar de Oliveira Lima - Suplente
Marivania de Souza Silva - Suplente

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de dezembro de 2016

Ativo	N.E.	Em Reais	
		31/12/2016	31/12/2015
Total circulante		9.321.394,54	5.912.362,13
Disponibilidades	3c	236.144,21	137.360,73
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3c	7.605,29	487.809,02
Títulos e valores mobiliários	4	595.142,23	10.071,29
Relações interfinanceiras	5	3.090.858,97	2.479.043,64
Operações de crédito	6a	4.842.155,37	2.536.454,82
Outros créditos	7	519.069,50	242.790,47
Outros valores e bens	8	30.418,97	18.832,16
Total não circulante		5.800.501,01	3.065.183,20
Realizável a longo prazo		4.855.179,70	2.362.483,40
Operações de crédito	6a	4.855.179,70	2.362.483,40
Permanente		945.321,31	702.699,80
Investimento		752.977,94	554.216,25
Ações e cotas	9	752.977,94	554.216,25
Imobilizado de uso	10	141.676,22	110.356,77
Diferido	11	1.430,19	6.625,49
Intangível	12	49.236,96	31.501,29
Total ativo		15.121.895,55	8.977.545,33

Passivo	N.E.	Em Reais	
		31/12/2016	31/12/2015
Total circulante		8.732.029,89	4.459.165,71
Depósitos	13	7.982.609,60	3.582.297,56
Depósito à vista		2.985.017,13	2.049.152,26
Depósito a prazo		4.997.592,47	1.533.145,30
Outras obrigações		749.420,29	876.868,15
Cobrança e arrecadação de tributos		426,81	512,97
Sociais e estatutárias	14.1	330.572,82	366.630,94
Fiscais e previdenciárias	14.2	58.560,18	36.377,42
Diversas	14.3	359.860,48	473.346,82
Total não circulante		224.602,09	-
Exigível a longo prazo			
Depósitos		219.211,84	-
Diversas	14.3	5.390,25	-
Total patrimônio líquido		6.165.263,57	4.518.379,62
Capital social	16a	5.266.375,91	3.381.416,03
Reserva de lucros		689.102,24	774.324,28
Sobras à disposição da AGO	16e	209.785,42	362.639,31
Total passivo e patrimônio líquido		15.121.895,55	8.977.545,33

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Levantado em 31 de dezembro de 2016

N.E.	2º semestre		Em Reais
	2016	2016	Exercícios 2015
Ingressos da intermediação financeira	1.823.393,54	3.261.656,89	2.305.953,24
Operações de crédito	1.639.699,47	2.890.337,08	2.070.257,06
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	25.451,03	62.052,33	35.369,41
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	13.228,70	13.541,81	591,72
Receitas de depósitos intercooperativos	145.014,34	295.725,67	199.735,05
Dispêndios da intermediação financeira	(766.916,16)	(1.100.085,22)	(312.728,82)
Operações de captação no mercado	(240.465,29)	(387.683,06)	(95.319,63)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(42.640,60)	(79.381,72)	(54.340,37)
Provisão para operações de créditos	(483.810,27)	(633.020,44)	(163.068,82)
Resultado bruto intermediação financeira	1.056.477,38	2.161.571,67	1.993.224,42
Outros ingressos (dispêndios) operacionais	(966.658,19)	(1.771.485,93)	(1.314.183,20)
Ingressos de prestação de serviços	460.210,31	804.477,45	458.526,72
Dispêndios de pessoal	19 (916.591,45)	(1.712.354,77)	(1.379.557,76)
Outros dispêndios administrativos	19 (800.529,20)	(1.404.597,33)	(989.087,47)
Dispêndios tributários	(5.208,10)	(8.855,49)	(11.122,44)
Dispêndios com amortização e depreciação	(24.223,74)	(53.757,55)	(63.448,52)
Outros dispêndios operacionais	19 (8.467,20)	(14.282,58)	(13.099,57)
Outros ingressos operacionais	18 328.151,19	617.884,34	683.605,84
Resultado operacional	89.819,19	390.085,74	679.041,22
Resultado não operacional	13,74	54,77	2.181,49
Sobra antes da tributação	89.832,93	390.140,51	681.222,71
Imposto de renda e contribuição social	(1.569,65)	(2.735,75)	(5.129,13)
Sobra líquida do semestre/exercício	88.263,28	387.404,76	676.093,58
Participações estatutárias na sobra		(177.619,34)	(313.454,27)
F.A.T.E.S.	16e	(63.190,92)	(110.626,20)
Reserva legal	16e	(114.428,42)	(202.828,07)
Sobra à disposição da AGO	16e	209.785,42	362.639,31

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Levantado em 31 de dezembro de 2016

	Capital		Reserva	Sobra à disposição da AGO	Total
	Capital subscrito	Capital a realizar	Legal		
Saldo em 1º de janeiro de 2015	3.045.425,60	(350,00)	454.922,77	116.573,44	3.616.571,81
Movimentações de capital:	-	-	-	-	-
Com sobras e Reservas	-	-	116.573,44	(116.573,44)	-
Por subscrição/realização	526.313,59	(320,00)	-	-	525.993,59
Por devolução	(189.653,16)	-	-	-	(189.653,16)
Distribuição das sobras	-	-	-	-	-
Utilização de reservas	-	-	-	-	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	676.093,58	676.093,58
Destinação das sobras:	-	-	-	-	-
. Reserva legal	-	-	202.828,07	(202.828,07)	-
. F A T E S	-	-	-	(110.626,20)	(110.626,20)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.382.086,03	(670,00)	774.324,28	362.639,31	4.518.379,62
Movimentações de capital:	-	-	-	-	-
Com sobras e reservas	359.460,22	-	-	(359.460,22)	-
Por subscrição/realização	431.393,95	(10.095,00)	-	-	421.298,95
Por devolução	(303.544,48)	-	-	-	(303.544,48)
Aumento de capital por incorporação	1.407.745,19	-	-	-	1.407.745,19
Aumento de reservas por incorporação	-	-	88.417,92	-	88.417,92
Distribuição das sobras	-	-	-	(3.179,09)	(3.179,09)
Amortização de perdas por incorporação	-	-	(288.068,38)	-	(288.068,38)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	387.404,76	387.404,76
Destinação das sobras:	-	-	-	-	-
. Reserva legal	-	-	114.428,42	(114.428,42)	-
. F A T E S	-	-	-	(63.190,92)	(63.190,92)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.277.140,91	(10.765,00)	689.102,24	209.785,42	6.165.263,57
Saldos em 1º de julho de 2016	3.759.469,42	(700,00)	774.324,28	299.141,48	4.832.235,18
Movimentações de capital:	-	-	-	-	-
Por subscrição/realização	296.801,96	(4.035,00)	-	-	292.766,96
Aumento subscrição/realização por incorporação	-	(6.030,00)	-	-	(6.030,00)
Por devolução	(186.875,66)	-	-	-	(186.875,66)
Aumento de capital por incorporação	1.407.745,19	-	-	-	1.407.745,19
Aumento de reservas por incorporação	-	-	88.417,92	-	88.417,92
Sobra líquida do semestre	-	-	-	88.263,28	88.263,28
Amortização de perdas por incorporação	-	-	(288.068,38)	-	(288.068,38)
Destinação das sobras:	-	-	-	-	-
. Reserva legal	-	-	114.428,42	(114.428,42)	-
. F A T E S	-	-	-	(63.190,92)	(63.190,92)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.277.140,91	(10.765,00)	689.102,24	209.785,42	6.165.263,57

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Levantado em 31 de dezembro de 2016

	2016		Em Reais 2015
	2º semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.126.312,02	(132.744,97)	989.086,72
Sobra ajustada do semestre / exercícios	127.376,16	456.051,45	734.431,14
Sobra líquida do semestre / exercícios	88.263,28	387.404,76	676.093,58
Depreciações e amortizações	39.112,88	68.646,69	58.337,56
Variações nos ativos	(2.545.465,17)	(5.086.262,69)	(1.817.861,07)
Operações de crédito	(2.385.181,38)	(4.798.396,85)	(1.885.066,44)
Outros créditos e outros valores e bens	(160.283,79)	(287.865,84)	67.205,37
Variações nos passivos	3.544.401,03	4.497.466,27	2.072.516,65
Depósitos	3.348.961,56	4.619.523,88	2.076.577,55
Outras obrigações	195.439,47	(122.057,61)	(4.060,90)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(267.620,68)	(311.268,20)	(53.483,08)
Aumento de investimentos	(192.761,69)	(198.761,69)	(12.765,25)
Aquisições de imobilizado de uso	(35.152,03)	(70.109,55)	(37.207,43)
Aplicação no intangível	(37.356,96)	(40.046,96)	(3.510,40)
Aplicação no diferido	(2.350,00)	(2.350,00)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	1.244.765,11	1.259.479,19	225.714,23
Amortização de perdas por incorporação	(199.650,46)	(202.829,55)	-
Integralizações de capital	1.694.482,15	1.829.044,14	525.993,59
Baixas de capital	(186.875,66)	(303.544,48)	(189.653,16)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(63.190,92)	(63.190,92)	(110.626,20)
Juros sobre o capital			
Varição no caixa e equivalentes de caixa	2.103.456,45	815.466,02	1.161.317,87
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercícios	1.826.294,25	3.114.284,68	1.952.966,81
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre / exercícios	3.929.750,70	3.929.750,70	3.114.284,68
Varição no caixa e equivalentes de caixa	2.103.456,45	815.466,02	1.161.317,87

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sicoobcard, o cartão que faz
a diferença na sua vida
e no seu bolso. Peça o seu.



Sicoobcard.
Diferente, igual a você.



Para informações dos benefícios de cada cartão, fale com o gerente da sua cooperativa, acesse o site ou ligue para a Central de Atendimento Sicoobcard.

Regiões Metropolitanas: 4007 1256

Demais regiões: 0800 702 0756

Ouvidoria: 0800 725 0996

www.sicoob.com.br/cartoes

 **SICOOB**
Faça parte.

NOTAS EXPLICATIVAS

Levantado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte - Credipol

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - CREDIPOL**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15 de julho de 1997, filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE – SICOOB CENTRAL NE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A **CREDIPOL** possui 1 Posto de Atendimento (PA) na seguinte localidade: **NATAL - RN**

A **CREDIPOL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do Patrimônio Líquido e do limite para operações, em 2016, a Cooperativa promoveu a incorporação da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES SINDICALIZADOS DA ÁREA DE SAÚDE E AFINS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – SICOOB SINDICRED RN, inscrita no CNPJ: 17.442.343/0001-09 em Assembléia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 02/11/2016. Demonstra-se abaixo, os incrementos patrimoniais mais significativos incorporados aos saldos contábeis da CREDIPOL.

DESCRIÇÃO	Valor incorporado em 02.11.2016
Disponibilidades/Centralização Financeira	526.008,14
Títulos e valores mobiliários	529.841,71
Operações de Crédito	2.954.914,82
Ativo Permanente	180.014,65
Depósitos	2.919.385,61
Capital Social Integralizado	1.401.715,19
Perdas Acumuladas	(288.068,38)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. A Administração da Cooperativa aprovou as demonstrações financeiras em 27 de janeiro de 2017.

As demonstrações financeiras são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações financeiras – Resolução CMN nº 1.376/2011 e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério “*pro-rata temporis*” e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	236.144,21	137.360,73
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.605,29	487.809,02
Título e valores mobiliários (nota 4)	595.142,23	10.071,29
Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	3.090.858,97	2.479.043,64
Total	3.929.750,70	3.114.284,68

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes,

a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 2697/2000 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados por quotas do **SICOOB CENTRAL NE** e **BANCOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

São representados por instalações, móveis, equipamentos de uso, sistema de comunicação, sistema de processamento de dados, sistema de segurança, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelos gastos pré-operacionais, classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de cinco anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante). Em 31 de dezembro de 2016 o Ativo Circulante supera o Passivo

Circulante em R\$ 589.364,65. Contudo o ativo total, incluindo o permanente, supera o passivo total em R\$ 5.219.943,00.

q) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2016**

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Sicoob Central NE - RDC	595.049,95	-
Cotas de fundos de investimento	92,28	10.071,29
TOTAL	595.142,23	10.071,29

5. Relações interfinanceiras

As aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização financeira - Cooperativas	3.090.858,97	2.479.043,64
TOTAL	3.090.858,97	2.479.043,64

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL NE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	44.199,30	-	44.199,30	5.378,62
Empréstimos	5.404.379,68	4.406.486,27	9.810.865,95	5.123.268,05
Títulos Descontados	239.589,02	-	239.589,02	608,22
Financiamentos	270.930,44	448.693,43	719.623,87	-
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.116.943,07)	-	(1.116.943,07)	(230.316,67)
TOTAL	4.842.155,37	4.855.179,70	9.697.335,07	4.898.938,22

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
A 0,5% Normal	3.608.355,91	3.293,41	430.913,75	4.042.563,07	(20.212,82)	3.320.412,73	(16.602,06)
B 1% Normal	2.095.241,89	57.989,86	91.514,29	2.244.746,04	(22.447,46)	981.001,24	(9.810,01)
B 1% Vencidas	1.499.042,78	97,89	19.560,26	1.518.700,93	(15.187,01)	169.132,12	(1.691,32)
C 3% Normal	514.058,44	55.953,20	56.073,07	626.084,71	(18.782,54)	191.137,52	(5.734,13)
C 3% Vencidas	510.666,81	111,60	59.642,06	570.420,47	(17.112,61)	106.920,46	(3.207,61)
D 10% Normal	111.238,85	40.658,39	-	151.897,24	(15.189,72)	34.090,25	(3.409,03)
D 10% Vencidas	404.410,70	398,27	-	404.808,97	(40.480,90)	66.720,93	(6.672,09)
E 30% Normal	16.467,12	1.946,17	-	18.413,29	(5.523,99)	21.740,43	(6.522,40)
E 30% Vencidas	189.621,54	73,54	-	189.695,08	(56.908,52)	27.468,67	(8.240,60)
F 50% Normal	18.598,40	1.000,00	24.059,20	43.657,60	(21.828,80)	11.671,81	(5.835,91)
F 50% Vencidas	134.722,99	597,26	-	135.320,25	(67.660,97)	45.790,36	(22.895,18)
G 70% Normal	30.055,37	11.312,27	-	41.367,64	(28.957,35)	4.200,00	(2.940,00)
G 70% Vencidas	117.552,63	1.077,98	14.544,30	133.174,91	(93.222,44)	40.706,80	(28.494,76)
H 100% Normal	27.200,41	5.620,44	-	32.820,85	(32.820,85)	28.299,09	(28.299,09)
H 100% Vencidas	598.214,03	39.076,12	23.316,94	660.607,09	(660.607,09)	79.962,48	(79.962,48)
Total Normal	6.421.216,39	177.773,74	602.560,31	7.201.550,44	(165.763,53)	4.592.553,07	(79.152,62)
Total Vencidos	3.454.231,48	41.432,66	117.063,56	3.612.727,70	(951.179,54)	536.701,82	(151.164,05)
Total Geral	9.875.447,87	219.206,40	719.623,87	10.814.278,14	(1.116.943,07)	5.129.254,89	(230.316,67)
Provisões	(1.003.519,52)	(61.159,23)	(52.264,32)	(1.116.943,07)		(230.316,67)	
Total Líquido	8.871.928,35	158.047,17	667.359,55	9.697.335,07		4.898.938,22	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.650.322,27	2.579.050,31	4.406.486,27	9.635.858,85
Títulos Descontados	204.580,50	35.008,52	-	239.589,02
Financiamentos	76.253,91	194.676,53	448.693,43	719.623,87
A.D/ Cheque Especial/ Conta Garantida	219.206,40	-	-	219.206,40
TOTAL	2.931.156,68	2.808.735,36	4.855.179,70	10.814.278,14

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Indústria	5.262,69	5.184,91	-	10.447,60	0%
Setor Privado - Serviços	46.786,77	1.464.094,12	238.780,22	1.749.661,11	16%
Pessoa Física	167.156,94	8.841.702,60	808,80	9.133.408,90	84%
Outros	-	44.501,09	-	44.501,09	0%
TOTAL	219.206,40	10.355.482,72	239.589,02	10.814.278,14	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(230.316,67)	(310.837,39)
Constituições	(5.153.359,09)	(3.594.830,82)
Reversões	4.100.781,44	3.535.660,01
Transferência para prejuízo	165.951,25	139.691,53
Total	(1.116.943,07)	(230.316,67)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior devedor	422.840,86	4,00%	33.481,93	1,00%
10 Maiores devedores	1.602.336,02	13,00%	225.715,74	4,00%
50 Maiores devedores	3.034.417,11	25,00%	772.779,61	12,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	1.082.127,85	1.248.531,38
Valor das operações transferidas no período (a)	531.789,88	157.340,30
Valor das operações recuperadas no período	(155.243,78)	(323.743,83)
Total	1.458.673,95	1.082.127,85

(a) Constam as operações de avais e fianças transferidas para prejuízo no período.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Avais e fianças honrados	123.740,56	48.191,33
Rendas a receber	82.115,58	50.325,48
Diversos	400.631,76	177.008,54
(-) Provisões para outros créditos	(87.418,40)	(32.734,88)
Total	519.069,50	242.790,47

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas antecipadas	30.418,97	18.832,16
Total	30.418,97	18.832,16

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, certificação digital, vale alimentação e refeição, entre outros.

9. Investimentos

O saldo é representado por:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito – Sicoob Central NE	752.150,94	553.389,25
Participações inst financ controlada coop crédito - Bancoob	827,00	827,00
Total	752.977,94	554.216,25

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Instalações	25.341,33	3.000,00	20%
Móveis e equipamentos de uso	89.380,21	67.161,08	10%
Sistema de comunicação	5.394,03	5.394,03	10%
Sistema de processamento de dados	130.566,74	108.865,65	20%
Sistema de segurança	12.977,11	9.129,11	20%
(-) Total depreciação acumulada	(121.983,20)	(83.193,10)	
Total	141.676,22	110.356,77	

11. Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de Postos de atendimento.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Gastos em imóveis de terceiros	73.890,00	71.540,00
(-) Amortização acumulada do diferido	(72.459,81)	(64.914,51)
Total	1.430,19	6.625,49

12. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros ativos intangíveis	115.696,06	75.649,10
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis	(66.459,10)	(44.147,81)
Total	49.236,96	31.501,29

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixadas. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à vista	2.985.017,13	2.049.152,26
Depósito a prazo	5.216.804,31	1.533.145,30
Total	8.201.821,44	3.582.297,56

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n°4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior depositante	1.102.298,13	14,00%	528.494,80	15,00%
10 Maiores depositantes	3.016.986,81	37,00%	1.859.249,81	52,00%
50 Maiores depositantes	6.067.241,86	75,00%	2.743.317,52	77,00%

14. Outras obrigações

14.1 Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado de atos com cooperados (a)	68.884,77	116.159,43
Resultado de atos com não cooperados (a)	6.018,78	9.757,24
Cotas de capital a pagar (b)	255.669,27	240.714,27
Total	330.572,82	366.630,94

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 15% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de cooperados desligados.

14.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para impostos e contribuições/lucros	714,85	831,05
Impostos e contribuições a recolher	57.845,33	35.546,37
Total	58.560,18	36.377,42

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações por aquisição de bens e direitos	333,15	-	333,15	3.118,50	-	3.118,50
Obrigações Por Convênios Oficiais	572,00	-	572,00	-	-	-
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento	26.832,75	-	26.832,75	16.197,30	-	16.197,30
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	179.081,48	-	179.081,48	100.450,29	-	100.450,29
Provisão para passivos contingentes (b)	31.287,04	5.390,25	36.677,29	17.861,34	-	17.861,34
Credores diversos – país	121.754,06	-	121.754,06	335.719,39	-	335.719,39
Total	359.860,48	5.390,25	365.250,73	473.346,82	-	473.346,82

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com fornecedores, provisão para despesas com folha, comunicação, seguros, e outras despesas de cunho administrativo.

(b) Constituída provisão para contingências no montante de R\$ 5.390,25 para fazer face a eventuais perdas que possam advir em função de questões trabalhistas, considerando o entendimento dos assessores jurídicos da Cooperativa que classificam essas demandas como perda possível. Sendo o montante de R\$ 31.287,04 referentes à provisão para garantias prestadas.

15. Instrumentos financeiros

A CREDIPOL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2016, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.884.959,88 com recursos da integralização de capital dos associados.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital social	5.266.375,91	3.381.416,03
Cooperados	4.406	3.032

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 19 de março de 2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra à disposição da Assembleia Geral Ordinária do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 359.460,22.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobras brutas do exercício	387.404,76	676.093,58
Atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(5.976,71)	(9.212,16)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	381.428,05	666.881,42
Reserva legal - 30%	(114.428,42)	(202.828,07)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 15%	(57.214,21)	(101.414,04)
Sobra à disposição da Assembleia Geral Ordinária	209.785,43	362.639,31

17. Provisão de juros ao capital (quando aplicável)

A Cooperativa poderá provisionar juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado, limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009.

18 .Dispêndios de pessoal

Dispêndios de pessoal	2016	2015
Dispêndios de honorários	(321.399,96)	(276.999,96)
Assistência médica	(4.323,06)	(340,21)
Alimentação do trabalhador	(228.814,06)	(193.090,13)
Seguros	(36,95)	(616,77)
Outros dispêndios de pessoal benefícios	(24.380,00)	(37.418,00)
Vale transporte	(3.347,65)	(1.579,86)
Dispêndios de pessoal - encargos sociais	(354.049,79)	(279.679,31)
Salários	(540.856,68)	(435.174,52)
Horas extras	(24.354,62)	(16.319,13)
Comissão de cargo	(19.106,66)	(17.839,33)
Quebra de caixa	(8.191,27)	(5.386,78)
13º salário	(56.451,61)	(42.147,51)
Gratificações	(350,00)	(546,67)
Férias	(96.380,05)	(59.139,39)
férias indenizadas	(1.521,52)	(68,71)
Multa sobre rescisões trabalhistas FGTS	(1.929,25)	(6.194,83)
Aviso prévio indenizado	(17.583,36)	(1.066,49)
13º salário indenizado	(1.521,52)	(68,36)
Outros	-	(119,05)
Dispêndios de contribuição ao PIS/Pasep	(7.756,76)	(5.762,75)
Total	(1.712.354,77)	(1.379.557,76)

19 .Outros dispêndios administrativos

Outros dispêndios administrativos	2016	2015
Dispêndios de água, energia e gás	(41.693,52)	(38.617,07)
Dispêndios de comunicações	(101.347,67)	(65.198,29)
Dispêndios de manutenção e conservação de bens	(21.957,28)	(27.628,17)
Dispêndios de aluguéis	(98.547,59)	(75.038,52)
Dispêndios de material	(23.466,49)	(19.865,67)
Dispêndios de seguros	(7.359,95)	(5.353,77)
Dispêndios de pessoal - treinamento	(10.790,06)	(23.785,03)
Dispêndios de publicações	(1.200,00)	(2.150,00)
Dispêndios de promoções e relações públicas	(25.175,19)	(32.372,30)
Dispêndios de propaganda e publicidade	(3.657,00)	(9.028,00)
Dispêndios de serviços técnicos especializados	(61.036,30)	(25.143,15)
Dispêndios de transporte	(18.404,80)	(9.775,55)
Dispêndios de viagem no país	(12.027,63)	(22.332,29)
Dispêndios de processamento de dados	(72.781,30)	(60.624,72)
Dispêndios de serviços do sistema financeiro	(469.738,81)	(268.570,54)
Dispêndios de serviços de vigilância e segurança	(4.115,99)	(3.632,48)
Dispêndios de serviços de terceiros	(48.980,49)	(22.567,53)
Outros dispêndios administrativos	(382.317,26)	(277.404,39)
Total	(1.404.597,33)	(989.087,47)

20 .Outros dispêndios operacionais

Outros dispêndios operacionais	2016	2015
Descontos concedidos - operações de crédito	(6.615,42)	(8.239,63)
Multa e juros diversos	(23,61)	(524,41)
Tarifas consultas/saques Cirrus Cabal	(248,10)	(14,80)
Tarifa recebimento convênio - INSS	(16,28)	(16,57)
Cancelamento de tarifas pendentes	(4.643,15)	(604,00)
Mensagens sms - cartões	(30,58)	(8,36)
Outros dispêndios operacionais	(1.959,85)	(1.651,33)
Estorno juros mora de operações de crédito - RPL	(12,41)	-
Contribuição ao fundo de ressarcimento p/ fraudes externas	(395,41)	(935,48)
Contribuição ao fundo de ressarcimento p/ perdas operacionais	(336,47)	(888,60)
Operações de crédito	(1,30)	(216,39)
Total	(14.282,58)	(13.099,57)

21. Outros ingressos operacionais

Outros ingressos operacionais	2016	2015
Recuperação de créditos baixados como prejuízo - exercício corrente	121.625,79	145.575,58
Recuperação de créditos baixados como prejuízo - exercício anterior	45.827,35	135.504,42
Recuperação de créditos baixados como prejuízo - outros exercícios	21.344,82	42.096,06
Outras recuperações de encargos e despesas	45.065,75	217.085,51
Rendas de juros cartão de crédito	229.574,05	110.558,14
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	78.394,83	23.707,46
Crédito de ingressos sipag - faturamento	247,36	-
Crédito de ingressos sipag - antecipação	1.390,98	-
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	12.551,02	7.101,71
Rendas intercâmbio - cartão de débito	5.789,47	1.976,21
Ingresso de volume financeiro - rede	91,98	0,75
Outros ingressos operacionais	55.980,94	-
Total	617.884,34	683.605,84

22. Partes relacionadas

As partes relacionadas de acordo com o CPC – 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas são: pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício:

Montante das operações ativas	2016	2015
P.R. – Vínculo de grupo econômico	6.145.486,62	4.509.089,95
Total	6.145.486,62	4.509.089,95

Operações ativas e passivas – 31/12/2016:

Natureza da operação de crédito	Valor da operação de crédito	PCLD (Provisão para crédito de liquidação duvidosa)
Adiantamento a depositante	44.199,30	(40.394,25)
Empréstimo	9.810.865,95	(1.022.627,58)
Títulos descontados	239.589,02	(1.656,93)
Financiamento	719.623,87	(52.264,31)

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da operação de crédito	Garantias prestadas	
	2016	2015
Empréstimo	3.044.023,36	-
Títulos Descontados	69.048,36	-

No exercício de 2016 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários no exercício de 2016 (R\$)	2016	2015
Honorários	(321.399,96)	(276.999,96)
Encargos sociais	(87.074,88)	(64.414,45)

23 .Cooperativa central

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - CREDIPOL**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE - SICOOB CENTRAL NE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL NE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL NE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **CREDIPOL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL NE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações financeiras do **SICOOB CENTRAL NE**, em 30/06/2016, foram auditadas pela empresa Inoveaud Auditores Independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, datado de 29/07/2016, com opinião sem modificação.

Operações com a Central	2016	2015
Sicoob Central NE - RDC (nota 4)	595.049,95	480.736,36
Participação em cooperativas central de crédito – Sicoob Central NE (nota 9)	752.150,94	553.389,25

24. Gerenciamento de risco

24.1 Risco operacional

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito da **CREDIPOL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **CREDIPOL** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **CREDIPOL** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

24.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **CREDIPOL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruídas nas Resoluções CMN nº 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **CREDIPOL** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a **CREDIPOL** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

24.3 Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito da **CREDIPOL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **CREDIPOL** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **CREDIPOL** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

24.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital a **CREDIPOL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.988/2011, **CREDIPOL** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

25. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.135.611,81, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

26. Seguros contratados (Não auditado)

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 3444/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de referência (PR) (100)	6.145.486,62	4.509.089,95
Ativos ponderados por risco (RWA) (900)	10.998.956,15	6.115.599,23
IB = PR / RWA	55,87%	73,73%

Natal RN, 31 de dezembro de 2016.

Custodio Ricardo Arrais Neto
Diretor Presidente
CPF: 315.236.504-78

Anderson Rafael Castro Simões
Contador
CPF: 041.211.524-76
CRC: PB-009051/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cooperados e Administradores da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte – Credipol - Natal RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte – Credipol (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte – Credipol em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 28 de janeiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. (1) Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. (ii) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa. (iii) avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. (iv) concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

operacional. (v) avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 27 de janeiro de 2017.



Inoveaud Auditores Independentes
CRC 2SP033908/O-3

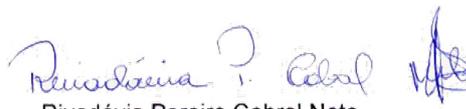
Júlio César de Souza Nunes
Contador CRC 1SP186234/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2016

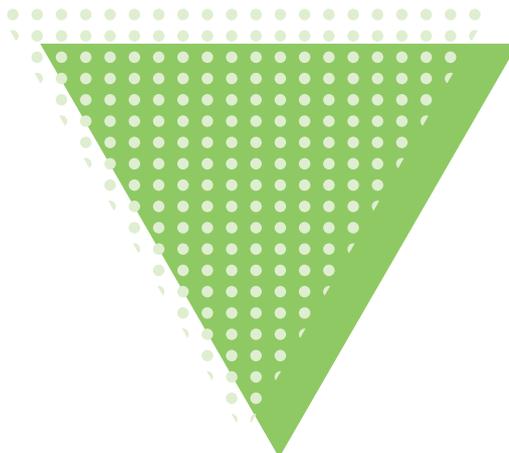
O CONSELHO FISCAL da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte, exercendo o seu papel, nos termos da legislação em vigor e do Estatuto Social da CREDIPOL, em análise dos Relatórios Contábeis a 31.12.2016 e tomando por base todos os balancetes anteriores, verificamos que o Balanço Patrimonial estava de acordo com os documentos apresentados, assim como demonstrações dos resultados dos semestres e do exercício de 2016 até a data de 31.12.2016, observados as ressalvas constantes no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras pela empresa: Inoveaud Auditores Independentes CRC 2SP033908/O-3. Realizada em 27 de janeiro de 2017. O Conselho Fiscal, através de seus Membros, recomenda a aprovação das contas referentes a data de 31.12.2016 que sejam aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

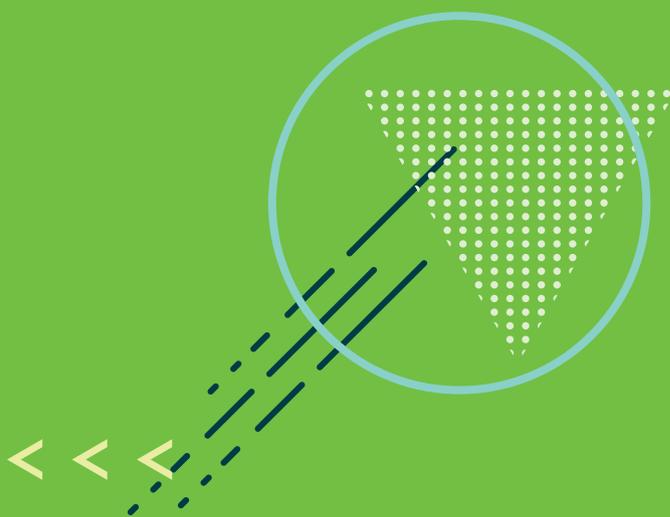
Natal/RN, 06 de Março de 2017


Dennis Assis Araújo
Coordenador


Rivadávia Pereira Cabral Neto
Membro efetivo


Michael Fabro Almeida Bezerra do Nascimento
Secretário





Central de Atendimento
0800 642 0000

Ouvidoria
0800 725 0996
Deficientes auditivos ou de fala
0800 940 0458

